

Ata de Reunião - 14 de maio de 2002

por Cep — publicado 15/05/2002 00h00, última modificação 12/12/2014 15h31

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 14 MAIO DE 2002, NO RIO DE JANEIRO. Local: Av. Presidente Antonio Carlos, Ministério da Fazenda, sala 1008, Rio de Janeiro, RJ.

Presentes:

João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)
Adhemar Paladini Ghisi
Celina Vargas do Amaral Peixoto
João Camilo Penna
Marcílio Marques Moreira

Ausente:

Lourdes Sola

1. Piquet Carneiro abriu a reunião dando as boas vindas ao novo membro da Comissão, Marcílio Marques Moreira, no que foi seguido pelos demais. A seguir submeteu a agenda à ratificação prévia, com proposta para que o item referente à apresentação da proposta de plano de comunicação seja o primeiro a ser tratado, pela especialista convidada, Maria Tereza Lopes Teixeira, que está prestando apoio à CEP, no âmbito de projeto contratado junto à ESAF. Acrescentou que comunicação tem sido o calcanhar de Aquiles da CEP, não obstante todos os esforços empreendidos, o que requer seja a questão enfrentada de forma mais definitiva

2. Maria Tereza iniciou sua apresentação fazendo um diagnóstico da situação da Comissão de Ética em matéria de comunicação. Ressaltou o grande esforço da Secretaria Executiva da CEP, no sentido de buscar uma melhor comunicação, sobretudo por meio do sistema de mala direta, internet, participação em palestras e outros eventos, assim como por contatos promovidos com representantes da mídia. Entretanto, identificou na falta de adequada estrutura o principal problema que levava a uma comunicação deficiente.. Propôs que a CEP centre suas ações nessa área no aperfeiçoamento ou implantação de instrumentos de suporte. Os membros da CEP concordaram com a proposta, recomendando que seja considerada no projeto de trabalho da SE/CEP.

3. Piquet Carneiro agradeceu a participação de Maria Tereza e, após a sua saída, deu seguimento à agenda de trabalho.

4. Piquet submeteu à apreciação e foram aprovadas as atas das reuniões de 7.3 e 30.4.2002 . Em seguida, prestou os seguintes informes:

- Projeto BID – o BID não aceitou a SFC com entidade de auditoria do Programa. Sugeriu o TCU. A Controladoria-Geral ficou com a incumbência de consultar o TCU. Em razão da demora que deverá cercar a aprovação e assinatura do contrato de empréstimo, a SE/CEP está encaminhando a solicitação de recursos locais para cobrir todas as atividades previstas para 2002. Marcílio Moreira sugeriu a Piquet Carneiro contato com Paulo Paiva, Vice-Presidente do BID.

- Projeto TCU – Em conjunto com a CGU, representada pela ministra Anadyr Rodrigues, e a Transparência Brasil, pelo seu secretário Cláudio W. Abramo, o presidente da CEP, reuniu-se com o presidente do TCU, quando apresentou proposta de trabalho conjunto para combate à corrupção nas compras públicas. Foi entregue um esboço de linhas gerais para o projeto, o qual ficou de ser examinado pelo TCU, que deverá retornar sobre o assunto.

- Rede de Ética – A CEP foi convidada para integrar Rede de Ética em formação. A iniciativa já conta com representantes dos EE.UU., Canadá, México, Argentina e Chile. A proposta de acordo

no âmbito da Rede foi submetida ao Itamaraty, que está acompanhando e apoiando a iniciativa.

- Parceria com o DESA/ONU – Representante do DESA/ONU e da SE/CEP assinaram “minuta de negociação”, com o objetivo de estabelecer parceria futura. O primeiro trabalho compromissado, que deverá ser apresentado no III Seminário Ética como Instrumento de Gestão, em setembro de 2002, será a identificação de boas práticas em gestão da ética em países associados à ONU.

- II Seminário – Realizado em março, contou com a participação dos representantes setoriais da CEP, bem como da ONU, BID, EUA, Canadá e Argentina. Na oportunidade foi avaliado o progresso na adoção das medidas de promoção da ética compromissadas no I Seminário, realizado em setembro de 2001. As 12 entidades do Executivo Federal que maiores avanços apresentaram foram reconhecidas publicamente. Todo o material do encontro foi divulgado e está disponível no sítio da CEP na internet, desde 48 horas após o fim do evento. Os resultados consolidados da avaliação foram apresentados por Mauro Bogéa, indicando grande progresso. Celina Vargas, Marcílio Moreira e Camilo Penna recomendaram que a SE/CEP encaminhe carta para as entidades ressaltando a importância, em especial, dos itens 12 e 15 do questionário de avaliação e a ênfase necessária para que se chegue ao III Seminário em situação mais favorável.

5. Por sugestão do presidente da Comissão, passaram a ser discutidas as prioridades de trabalho para 2002. Foram destacados as seguintes ações, sem prejuízo das rotinas permanentes de trabalho da SE/CEP;

- Pesquisa de opinião – As especificações estão sendo preparadas por Edson Nunes e Roberto da Matta, no âmbito de contrato de consultoria do BID. Finalizada essa etapa, será solicitada à Casa Civil a contratação e execução da pesquisa.

- Matriz de Risco – Dividida em duas etapas. Na primeira, será efetuado teste de metodologia para identificar entidades e órgãos mais suscetíveis. Essa etapa já está em execução e deverá ser concluída até agosto. Na segunda, serão identificados os pontos críticos dentro dos processos das organizações. Esta parte deverá ser programada para execução apenas em 2003, com exceção do processo de compras, que poderá ser tratado em separado, em conjunto com CGU, TB e TCU, na proposta de projeto que está sob exame deste último.

- Plano de Comunicação – Implementar conforme desenhado e apresentado, no âmbito do Projeto BID.

- III Seminário – Realizar conforme programado, nos dias 11 e 12 de setembro de 2002, consolidando o fórum de setoriais da CEP e outros profissionais com responsabilidades em gestão da ética.

- Projeto Transição – Propor ao Governo regulamentação de regras mínimas de conduta ética que devem ser observadas na mudança de governo. Marcílio Moreira ressaltou a importância da regulação contemplar o tema guarda de documentos, assim como o registro de audiências e reuniões.

- Resolução nº 7: eventos político-eleitorais – Enfatizar as ações que visam à observância das normas da Res. 7. Celina Vargas relatou o caso Melles, onde se teria configurado eventual transgressão ética. Deliberou a CEP por envio de correspondência ao ex-ministro informando sobre as regras que devem nortear a conduta de autoridades, quando estiverem envolvidos interesses particulares de pessoas ligadas, e que a CEP decidiu arquivar o caso em função da sua saída do cargo público no Executivo Federal.

6. Os presentes discutiram aspectos diversos das regras relativas à quarentena. Camilo Penna enfatizou a necessidade de que seja externada pela CEP ao Governo posição sobre a impropriedade do Decreto que regulamentou a MP 2245, pois estabeleceu hipóteses de remuneração excessivamente restritivas, abrangendo apenas círculo restrito de autoridades.

7. Nada mais a tratar, foi a reunião encerrada pelo presidente da CEP. A nova reunião deverá ser marcada para junho, em data a ser proposta futuramente, após consulta a todos os membros da Comissão.

MB